

**Registro: 2014.0000598142**

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 9000040-37.2011.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que é apelante GENILDO JOSÉ DE ABREU (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM SEGUIMENTO AO APELO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente) e MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO.

São Paulo, 23 de setembro de 2014.

**Celso Pimentel**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

Voto nº 28.945

Apelação com revisão nº 9000040-37.2011.8.26.0002

7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro - Capital

Apelante: Genildo José de Abreu

Apelada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

28ª Câmara de Direito Privado

Não se confirmando a divergência entre a decisão monocrática do relator e o acórdão do agravo em agravo de instrumento com a orientação vinculante do Superior Tribunal de Justiça, mantém-se a solução dada.

Aos relatórios anteriores (fls. 310, 321 e 325), acrescenta-se que, improvido o apelo e rejeitados os embargos declaratórios, o segurado interpôs recurso especial batendo-se contra o reconhecimento da prescrição (fls. 339/342).

No exame de admissibilidade, sua excelência, o eminente desembargador presidente da Seção de Direito Privado desta Corte, considerando definição vinculante do Superior Tribunal de Justiça, ordenou o encaminhamento dos autos ao relator, nos termos do disposto no artigo 543-C, § 7º, II, do Código de Processo Civil (fls. 285/286).

Passa-se ao reexame.

“1. Para fins do art. 543-C do CPC”, assentou a colenda Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no Resp 1388030/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/6/2014, DJe 1º/8/2014: “1.1. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. 1.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência.”

É notória a invalidez de quem, vítima de acidente de trânsito, submete-se a “cirurgia para drenagem de abscesso e limpeza óssea e dos fixadores” (fl. 24), desde quando não se tem notícia de novo atendimento médico”, tal qual assinalaram a decisão monocrática de nove meses antes da orientação vinculante (fls. 310/311) e o acórdão no agravo em agravo de instrumento de sete meses antes (fls. 320/322).

Assim, fixando na alta hospitalar após a cirurgia a ciência inequívoca da incapacidade pelo autor, com cessação do tratamento médico, a decisão monocrática e o acórdão cumprem, sem divergência, a definição vinculante do Superior Tribunal de Justiça.

Mantêm-se, pois, o reconhecimento da prescrição que se consumara bem antes e a negativa de seguimento ao apelo.

Celso Pimentel  
relator